



**INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS – IFAM
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DOCÊNCIA PARA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

TEÓFILO JOSÉ DE SOUZA BENTES

**O ESPAÇO DO TRABALHO PARA O DOCENTE DEFICIENTE NUMA
PERSPECTIVA INCLUSIVA**

Relatório apresentado à Coordenação da Pós-Graduação Lato Sensu em Docência para Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Amazonas, em parceria com a Universidade Aberta do Brasil, para a obtenção do título em Especialista em Docência para Educação Profissional e Tecnológica, sob a orientação da professora orientadora Prof^ª. Dr^ª. Fernanda Oscar Dourado Valentim.

Manaus-AM, 2022

RESUMO

O presente relatório científico trata de discussões sobre a inclusão das Pessoas com Deficiências (PcD), destacando, o docente com deficiência no mundo do trabalho, principalmente, os professores no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Assim, esta discussão, parte integrante de uma pesquisa em desenvolvimento em nível de pós-graduação lato-sensu, conta, por ora, com parte do levantamento teórico à realização do empreendimento investigativo, que já se caracteriza numa abordagem qualitativa de um estudo de caso. Este trabalho encontra aporte bibliográfico, a relevância de problematizar a inclusão, mas também o acesso e permanência de PcD nos contextos da EPT. Tendo como objetivo geral analisar e constatar que qualquer pessoa é capaz de construir o conhecimento e adquirir habilidades e competências para formação técnica de uma determinada profissão. Independentemente de suas limitações/restrições físicas e/ou intelectuais. E, como objetivos específicos: Sensibilizar que existem não somente alunos com deficiência, mas, também, professores com deficiência; e, estabelecer que a EPT respeita, reconhece e valoriza os Direitos das Pessoas com Deficiência, proporcionando um espaço de trabalho inclusivo aos seus docentes. Buscou-se amadurecer a ideia de um Workshop com a pretensão de sensibilizar a respeito da valorização do profissional docente deficiente em suas atividades laborais nos cursos técnicos da EPT. Neste relatório após uma breve palavra de introdução, discorre-se a respeito da Diversidade e Inclusão: Como falar sobre Profissionais com Deficiência? Em seguida, vislumbra-se A Docência na EPT. A seguir metodologias da pesquisa e, Construindo e Organizando um Workshop, finalmente, apresentam-se as considerações finais e as referências usadas.

Palavras-chave: Docente Deficiente; Inclusão; Trabalho; EPT.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	04
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	06
2.1 Diversidade e Inclusão: Como falar sobre Profissionais com Deficiência?	06
2.2 A Docência na EPT	09
2.3 Metodologia da Pesquisa	11
2.4 Construindo e Organizando um workshop	12
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	13
REFERÊNCIAS	14
APÊNDICES	16
APÊNDICE A - Entrevista com um docente em EPT.	16
APÊNDICE B - Projeto de Intervenção Pedagógica.	18

1 INTRODUÇÃO

Ao pensar na implementação do modelo de educação inclusiva nos sistemas educacionais de todo o país, há que se contemplar alguns de seus pressupostos. Que professor o modelo inclusivista prevê? Que modelo de escola faz-se necessário para atender tal paradigma?

O plano teórico-ideológico na escola inclusiva requer a superação dos obstáculos impostos pelas limitações do sistema regular de ensino. Seu ideário defronta-se com dificuldades operacionais e pragmáticas reais e presentes, como recursos humanos, pedagógicos e físicos ainda não contemplados nesse Brasil afora.

A presente proposta de intervenção pedagógica tem como direcionamento ações referentes ao Docente com deficiência.

A sugestão de um “Workshop de Inclusão - O Diferente faz toda a Diferença”, tem a intenção de sensibilização e reconhecimento das competências e habilidades daqueles que muitas vezes são considerados frágeis e limitados em seu campo de trabalho ou na sociedade em geral. No entanto, se mostram capazes e exemplos de superação e competência para sua atuação, independentemente de sua condição.

A ideia do workshop iniciou-se durante uma entrevista realizada com um professor do curso técnico de mecânica, de uma instituição privada, da cidade de Manaus-AM, em cumprimento à uma atividade avaliativa do curso de Pós-graduação em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal do Amazonas.

Durante a realização da entrevista com o professor, quando, propositadamente, encaminhou-se o tema das questões para o campo da inclusão, o referido professor, lembrando, começou a discorrer sobre a realidade de um de seus colegas de trabalho, também professor, que é deficiente. Na ocasião, não lembrava exatamente da patologia que deixou o seu colega numa cadeira de rodas. Porém, recordava de certo diálogo que tiveram que se constatou certa dificuldade de acessibilidade para um docente, deficiente físico, cadeirante, usufruir de liberdade e acesso para realizar suas atividades laborais.

Segundo o entrevistado, apesar da oportunidade de acesso à docência, o profissional da educação enfrentava restrições de infraestrutura, como falta de

rampa adequada e elevadores em algumas instituições de ensino, sem falar de barreiras atitudinais, ou seja, olhares de discriminação, reprovação, subestimação, por alguns colegas, segundo relato do entrevistado.

Diante desse cenário, contrastando com o discurso do acolhimento e inclusão, pensou-se em trazer à discussão reflexiva e crítica em forma de um workshop.

Cabe à sociedade ofertar e garantir as mesmas oportunidades para o desempenho profissional da PcD. Pois fica clara a presença das capacidades, habilidades e atitudes desses profissionais da educação técnica, como bem afirma Dall'alba (2016, p. 60):

Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência de trabalhar, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Este direito abrange o direito à oportunidade de se manter com um trabalho de sua livre escolha ou aceito no mercado laboral em ambiente de trabalho que seja aberto, inclusivo e acessível a pessoas com deficiência. Os Estados Partes deverão salvaguardar e promover a realização do direito ao trabalho, inclusive daqueles que tiverem adquirido uma deficiência no emprego, adotando medidas apropriadas, incluídas na legislação [...]

O psiquiatra americano William Glasser aplicou sua teoria da escolha para a educação e de acordo com sua Pirâmide de Aprendizagem aprendemos da seguinte maneira (GLASSER, on-line):

- 10% quando lemos;
- 20% quando ouvimos;
- 30% quando observamos;
- 50% quando vemos e ouvimos;
- 70% quando discutimos com outros;
- 80% quando fazemos e
- 95% quando ensinamos aos outros.

Diante dessa condição pensou-se na possibilidade de realização de um workshop, por ser uma atividade propícia para reflexão crítica a respeito da perspectiva inclusiva, focando, principalmente, o corpo docente, em especial, o apoio ao docente com deficiência na EPT.

Para o referido evento pretende-se convidar pelo menos três docentes com deficiência para apresentarem, em forma de relatos e palestras, suas angústias, anseios, lutas e sonhos, como também, servirem de motivação e exemplos de superação e conquistas, para todas as pessoas com deficiências ou não, presentes

no evento, e principalmente àquelas que participam de seus espaços de trabalho.

A proposta deste projeto de intervenção tem como objetivo geral: Analisar e constatar que qualquer pessoa é capaz de construir o conhecimento e adquirir habilidades e competências para formação técnica de uma determinada profissão, independentemente de suas limitações/restrições físicas e/ou intelectuais.

E, como objetivos específicos: Sensibilizar os participantes do evento acerca de que existem também professores com deficiência e, estabelecer que a EPT respeita, reconhece e valoriza os direitos das PcD, proporcionando um espaço de trabalho inclusivo aos seus docentes.

No Brasil, há existência de mais de 45 milhões de pessoas com deficiência, representando 23,9% da população brasileira (IBGE, 2010), tal dado demonstra a dimensão e relevância que precisa ser dada a essa parcela significativa da população brasileira, em especial, no âmbito educacional.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Diversidade e Inclusão: Como falar sobre Profissionais com Deficiência?

A própria Carta Magna do Brasil, a Constituição, estabelece condições de acesso e alcance das pessoas com deficiência aos espaços, escola e trabalho. Quando se fala em inclusão pensa-se, logo, em discentes. Porém, não podemos deixar de dar destaque ao profissional docente com deficiência, também.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Deixa claro, também, que a educação é um direito de todos, para garantir o pleno desenvolvimento, da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

[...] a noção de deficiência vai se modificando historicamente, à medida que as condições sociais são alteradas pela própria ação do homem, gerando novas necessidades na sua relação com o meio social. (LANCILLOTTI, 2003, p.47)

Tal legislação ainda diz que são direitos básicos para qualquer pessoa

moradia, lazer, educação, trabalho e, proíbe toda e qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência (BRASIL, 1988).

Assim, adentrar ao mundo do trabalho inicialmente é um direito de todos. Mas a materialização desse direito não é tão simples.

Mesmo que a legislação assegure o direito ao trabalho, sua efetivação está condicionada a outros fatores sociais, políticos, tecnológicos, estruturais e culturais.

Infelizmente, a garantia de direitos nas leis, não significa que as pessoas com deficiência deixam de sofrer discriminação e preconceito por parte da sociedade. Em relação às empresas privadas, públicas deverá atender o que determina as leis e no Estatuto da pessoa com deficiência (BRASIL, 2015), uma das obrigações é que estas proverão dos mesmos rendimentos (salários) que qualquer pessoa sem deficiência venha receber por trabalho prestado a estas empresas, não havendo nenhum tipo de discriminação. Tal lei, Lei 13.146 de 06 de julho de 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão.

O termo acesso tem sido muito utilizado atualmente. Na área da educação, fala-se sobre o acesso ao currículo; na de saúde, pode-se observar a questão do acesso a medicamentos; em termos de participação social, pode-se visualizar o assunto acesso ao trabalho. Os conceitos de acesso e acessibilidade estão, de certa forma, relacionados, mas suas essências são diferentes.

Uma das interpretações que distingue acesso de acessibilidade é que o primeiro termo parece refletir um desejo de mudança e a busca de algum objetivo. Já o termo acessibilidade parece refletir algo mais concreto, palpável. O conceito de acessibilidade se sedimenta em situações que podem ser vivenciadas nas condições concretas da vida cotidiana, ou seja, a acessibilidade parece ser algo que pode ser observado, implementado, medido, legislado e avaliado. Dessa forma, podem-se criar condições de acessibilidade para que as pessoas possam ter acesso a determinadas situações ou lugares (MANZINI, 2005).

Muitas vezes, os termos acesso e acessibilidade têm sido interpretados como condições para que a inclusão social ocorra e isso nem sempre é verdadeiro. A inclusão social deve ser vista, medida e interpretada tendo como referencial o

próprio meio social e não somente as condições de acessibilidade. As condições de acessibilidades presentes na estrutura física das instituições, como escolas e universidades devem estar relacionadas às políticas inclusivas das estruturas administrativas, que devem refletir uma atitude de luta contra a exclusão. Porém, a cultura de incorporar o outro, o diferente, ainda está sendo formada.

Com a valorização e reconhecimento da convivência com a diversidade, o termo acessibilidade tem sido utilizado para garantir que todas as pessoas tenham acesso a todas as áreas de seu convívio. Estas áreas estão relacionadas aos espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, sistemas e meios de comunicação e informação. Desta forma, espera-se que haja uma preparação e uma resposta às necessidades especiais que esta diversidade pode apresentar nestas áreas.

O acesso ao trabalho é uma das principais formas de participação ativa na comunidade, além de garantia de igualdade dos direitos fundamentais (COELHO; ORNELAS, 2010).

No entanto, faz-se necessário salientar que a inclusão destas pessoas ao mercado de trabalho não deve estar pautada tão somente em números para o cumprimento da lei. Para que a empresa seja realmente inclusiva, precisa cumprir ações que proporcionem a mudança, não somente na acessibilidade por meio da quebra de barreiras físicas, mas também no rompimento de preconceitos estabelecidos em relação à PcD e na adequação do trabalho à condição do colaborador.

As empresas possuem um papel fundamental no processo de inclusão de PcD, uma vez que estas podem contratar, manter e promover as potencialidades de cada um destes indivíduos através do trabalho. As instituições podem ainda, estar indo muito mais além neste processo, buscando promover parcerias externas que contribuam para uma mudança no olhar da sociedade diante de PcD, tornando-as mais inclusivas em todos os aspectos (ETHOS, 2002).

A inclusão social no mercado de trabalho exige que os empregadores, os trabalhadores e as PcD enfrentem juntos desafios como qualificação, aceitação de diferenças individuais, produtividade e aprendizagem através da cooperação.

Uma empresa inclusiva é aquela que acredita no valor da diversidade humana, contempla as diferenças individuais, efetua mudanças fundamentais nas práticas administrativas, implementa adequações no ambiente físico, adequa procedimentos e instrumentos de trabalho, treina todos os recursos humanos na questão da inclusão (SASSAKI, 1997, p. 63).

Dessa forma, a inclusão no mercado de trabalho não deve ser associada apenas ao cumprimento da legislação, mas as empresas devem efetuar mudanças nas suas práticas administrativas assim como conscientizar todos os seus funcionários a respeito da inclusão, para que não haja atitudes discriminatórias e as potencialidades desses indivíduos possam ser desenvolvidas da melhor maneira.

Em se tratando de educação profissional de pessoas com deficiência, até a década de 1970, no Brasil, estava direcionada para o provimento de sua subsistência. Havia oficinas realizadas pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e Instituto Benjamin Constant (IBC), como encadernação, douração, sapataria, sendo que no IBC, os alunos poderiam permanecer na instituição como professores ao término dos estudos. Jannuzzi (2012) salienta que, embora esses indivíduos estivessem desenvolvendo alguma atividade, os deficientes não eram uma força de trabalho considerada relevante para estimular o desenvolvimento econômico do país.

Após a década de 1970, a visão sobre o trabalho do deficiente volta-se para acompanhar o momento econômico que o Brasil atravessava, movido pelas ideias do taylorismo, em que os estabelecimentos de ensino para os deficientes destinavam-se a tarefas específicas, repetitivas. Desenvolviam-se neles o que não era rentável às empresas: separar peças, montar caixas, preencher envelopes com cartas, avisos etc (JANNUZZI, 2012).

O acesso de alunos com deficiência na educação profissional e tecnológica oportunizou um processo reflexivo para todos os atores que compõem o espaço escolar. A partir do momento que estes sujeitos ingressam nestas instituições de ensino há a possibilidade de romper com práticas excludentes, em busca de uma concepção educacional na perspectiva da inclusão, sobretudo devido às modalidades e níveis de ensino ofertado nos Institutos Federais de Educação e Tecnologia.

2.2 A Docência na EPT

A prática docente no contexto da EPT é um grande desafio, principalmente, para os oriundos dos cursos bacharéis, em Tardif (2014), é abordado que o início da carreira docente se constitui em um período crítico de aprendizagem da docência, muito importante na história profissional do professor, determinando inclusive seu

futuro e sua relação com o trabalho.

Assim, conforme Moura (2008), para o grupo dos professores que vão atuar nas disciplinas específicas da formação profissional do curso, tais como engenheiros, enfermeiros, analistas de sistema da informação, estes têm o domínio do campo específico e científico de suas graduações, mas quando vão atuar em um curso técnico de nível médio e não tiveram a formação pedagógica para serem professores, ou seja, não possuem os saberes provenientes da formação profissional para o magistério, surgindo dessa maneira alguns sentimentos de dificuldade, insegurança. Mas, com o tempo e vivência, e formação continuada, vão conquistando espaço, experiência, superação.

Em Oliveira, Sales e Silva (2017), também é abordado que os saberes das experiências docentes são produzidos por meio da vivência de situações específicas relacionadas ao espaço da escola e às relações estabelecidas com alunos e colegas de profissão e, portanto, resultam do próprio exercício da atividade profissional dos professores.

A identidade docente ou identificação profissional docente, se dá aos poucos, no decorrer da trajetória do exercício da profissão, indo ao encontro da afirmação de Castaman, Vieira e Oliveira (2016, p.1013) de que “a identidade docente não é outorgada ao professor, ela se desenvolve durante sua trajetória pessoal, num processo complexo e subjetivo que considera o sujeito em um determinado contexto”.

Em concordância com Nóvoa (2007), que aborda a identidade que cada indivíduo constrói como educador, ancora-se num equilíbrio único entre os atributos pessoais e a trajetória profissional, constituídos com o tempo.

Oliveira, Sales e Silva (2017), defendem que ao escolher a docência, o professor assume a responsabilidade de intervir na vida dos estudantes e, neste contexto, não basta somente ter conhecimento específico da disciplina, é necessário saber interagir com eles, realizar a transposição didática e a gestão da sala de aula da melhor forma possível.

O reconhecimento dos professores, do papel social da Educação Profissional e Tecnológica e deles mesmos como importantes agentes para efetivação desse papel, parece ir ao encontro do que defende Gadotti (2000), que uma educação voltada para o futuro será sempre uma educação contestadora, superadora dos limites impostos pelo Estado e pelo mercado, portanto, uma

educação muito mais voltada para a transformação social.

2.3 Metodologia da Pesquisa

Como já foi mencionado, a ideia de um Workshop se deu através de uma entrevista, para fim de cumprir exigências da disciplina Trabalho Final de Curso, do curso de pós-graduação lato sensu de especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica - DocentEPT.

Por conta do real cenário pandêmico no país de Covid-19 e cumprindo o protocolo de distanciamento social e também, por coincidir com o período de término das aulas e ano letivo e início do recesso escolar de fim de ano, a entrevista foi realizada à distância através do uso de chamada de vídeo e troca de mensagens pelo aplicativo WhatsApp, previamente, agendado para tal finalidade. Foram ao todo, três contatos, sendo, apenas, uma chamada de vídeo e os demais por conversa em mensagens. Toda a entrevista teve autorização do participante.

A pessoa escolhida para ser entrevistada foi um profissional docente do curso técnico em mecânica, de uma instituição privada da cidade de Manaus-AM, sexo masculino, 50 anos de idade, casado, graduado em Engenharia Mecatrônica, diz possuir experiência de mais de dez anos na docência da EPT, sempre lecionando para o nível médio em curso subsequente.

Intencionalmente, foram formuladas quatorze perguntas que se afunilaram para a realidade da educação inclusiva. Foi, exatamente, quando durante a resposta de uma das perguntas o entrevistado exemplificou o caso real de um de seus colegas de trabalho, também, professor, porém, com uma deficiência física, um cadeirante.

A partir daí, então, começou-se a alimentar a ideia em buscar informações a respeito de profissionais com deficiência, especificamente, docentes, e para tanto, buscou-se realizar o presente estudo de caso.

Estudos de caso vêm sendo usados há muito tempo em diferentes áreas de conhecimento, tais como: sociologia, antropologia, medicina, psicologia, serviço social, direito, administração, com métodos e finalidades variadas.

Em educação, os estudos de caso aparecem em manuais de metodologia de pesquisa das décadas de 1960 e 1970, mas com um sentido muito limitado: estudo descritivo de uma unidade, seja ela uma escola, um professor, um grupo de alunos,

uma sala de aula. Esses estudos eram considerados “não experimentais”, portanto menos “científicos” do que os estudos experimentais largamente utilizados na psicologia e na educação naquele momento. Contudo essa concepção de ‘estudo descritivo de uma unidade’, que surge no contexto das abordagens quantitativas, vai permanecer na pesquisa educacional, originando uma série de equívocos e muitas críticas (MAZZOTTI, 2006).

Stake (1994, p.236) explica que o que caracteriza o estudo de caso qualitativo não é um método específico, mas um tipo de conhecimento: “Estudo de caso não é uma escolha metodológica, mas uma escolha do objeto a ser estudado”, diz ele. O conhecimento gerado pelo estudo de caso é diferente do de outros tipos de pesquisa porque é mais concreto, mais contextualizado e mais voltado para a interpretação do leitor.

Se o interesse é investigar fenômenos educacionais no contexto natural em que ocorrem, os estudos de caso podem ser instrumentos valiosos, pois o contato direto e prolongado do pesquisador com os eventos e situações investigadas possibilita descrever ações e comportamentos, captar significados, analisar interações, compreender e interpretar linguagens, estudar representações, sem desvinculá-los do contexto e das circunstâncias especiais em que se manifestam. Assim, permitem compreender não só como surgem e se desenvolvem esses fenômenos, mas também como evoluem num dado período de tempo (ANDRÉ, 2013).

2.4 Construindo e Organizando um workshop

Planejou-se então, realizar reserva/agendamento do auditório/sala de reuniões, para uma data e horário a definir. Convidar 3 (três) docentes ativos na docência com alguma deficiência (ex: cadeirante, cego), para palestrar diante de professores e funcionários convidados da instituição. Um evento com duração de aproximadamente, no máximo de 4h (quatro horas). Podendo ser estendido o evento por mais de um encontro, dependendo da demanda e logística.

Um período do dia para deixar em evidência a contribuição da reflexão e da crítica no exercício da docência para a valorização da profissão docente, dos saberes dos professores, do trabalho coletivo destes e das instituições de ensino enquanto espaço de formação continuada. Tal evento pode contribuir também para o

reconhecimento do professor como investigador e produtor de conhecimento, ao ressaltar que este profissional pode refletir sobre sua própria prática de forma sistemática e objetiva, orientado por um suporte teórico-metodológico que possibilite o pensar e repensar e a problematização da ação educativa que desenvolve durante as aulas, em que envolvem saberes, técnicas, metodologias e estratégias interativas para que de fato ocorra a formação continuada e através dessa 'aula' expositiva haja sensibilidade e conscientização do contexto real vivido pelo docente com deficiência.

Segundo Paulo Freire (1987), ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo. Portanto, partindo dessa premissa de Freire, a ideia é proporcionar um ambiente de inclusão e favorecer a oportunidade de ação-reflexão-ação das atitudes e comportamentos para com os docentes com deficiência.

Para incluir todas as pessoas, a sociedade deve se modificar, devendo firmar a convivência no contexto da diversidade humana, bem como aceitar e valorizar a contribuição de cada um conforme suas condições pessoais. E, nessa perspectiva, entendemos que a educação deve se destacar como um meio privilegiado de favorecer o processo de inclusão social dos cidadãos, tendo como mediadora uma escola realmente para todos.

De fato, o que se pretende esperar alcançar como resultado desse projeto de intervenção, que poderá ser efetivado futuramente, nada mais é do que a sensibilização de todos para com as PcD, principalmente, o professor com deficiência. Entender que os cursos técnicos profissionalizantes devem se constituir em ambientes inclusivos e o acesso e permanência do profissional docente deve ser garantido.

Assim, a perseguição por uma formação reflexiva voltada à formação do trabalhador com deficiência, em especial, em razão dos pressupostos legais, epistemológicos, mas também culturais, que embasam os contextos da EPT apresenta-se como uma constante na busca pela articulação entre ciência, trabalho, cultura e educação.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão proposta buscou-se firmar na perspectiva de que o trabalho como princípio educativo somente se caracteriza quando percebida histórica e

socialmente seu real sentido, de forma consciente, bem como quando compreendido o processo produtivo em suas diversas etapas e constituições, de modo a não se desprender o trabalho manual do trabalho intelectual.

A inclusão social na EPT não se limita à acessibilidade do docente aos espaços, mas deve conter em seu bojo, a perspectiva de tal sujeito participar e efetivamente pertencer ao espaço escolar no qual atua.

Por fim, cabe reiterar que as problematizações apresentadas contaram com aportes das observações obtidas por uma entrevista, caracterizando, assim, numa abordagem qualitativa de um estudo de caso e que tais dados são específicos desta realidade que não deve ser generalizada. E, a atividade de workshop servirá como instrumento de pesquisa para analisar o objeto a ser estudado, no caso específico, o docente com deficiência numa pesquisa futura.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazo Afonso de. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Revista da FAEEDBA - Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v.22, n.40, p.95-103, jul./dez. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 16. ed. atual. ampl. São Paulo: Saraiva, 1997.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 29 dez. 2021.

CARVALHO, Ermans Quintela; CAVALCANTI, Ricardo Jorge de Sousa. Inclusão na Educação Profissional e Tecnológica: abordagem emancipatória do trabalho como princípio educativo. **Research, Society and Development**. [S. l.], v.9, n.5, p. e115953219, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i5.3219. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/3219>. Acesso em: 20 jan. 2022.

CASTAMAN, Ana Sara; VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski; OLIVEIRA, Denise. A constituição da profissão docente: um estudo com professores da educação profissional. **Revista Diálogo Educacional**., Curitiba, v.16, n.50, p.1009-1028, out./dez., 2016.

COELHO, Vera Pires e ORNELAS, José. **Os contributos do emprego apoiado para a integração das pessoas com doença mental**. *Análise Psicológica* (2010), 3 (XXXIII), 465-478. DOI: <http://doi.org/10.14417/ap.316>. Disponível em: <http://publicacoes.ispa.pt/index.php/ap/article/view/316/pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

DALL'ALBA, Jacira. **Orientações básicas aos docentes do Instituto Federal do Amazonas - IFAM sobre a Educação Especial no contexto da Educação Inclusiva - Campus Manaus Zona Leste**. Manaus: IFAM, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/397> Acesso em: 01 fev. 2022.

ETHOS. **O que as empresas podem fazer pela inclusão das pessoas com deficiência** / coordenação Marta Gil. - São Paulo: Instituto Ethos, 2002. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/cedoc/o-que-as-empresas-podem-fazer-pela-inclusao-das-pessoas-com-deficiencia-maio2002/> Acesso em: 10 fev. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 2000.

GLASSER, William. **Pirâmide de Aprendizagem**. Disponível em: www.cesdcampinas.org.br/a-piramide-de-aprendizagem-de-william-glasser. Acesso em: 27 dez. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Conheça o Brasil - População **PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/poppulacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html> Acesso em: 22 jan. 2022.

JANNUZZI, Gilberta Sampaio de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 3. ed. rev. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2012.

LANCILLOTTI, Samira Saad Pulchero. **Deficiência e trabalho**. Campinas: Autores Associados, 2003.

MANZINI, Eduardo José. **Inclusão e Acessibilidade**. Revista da Sodama (Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada). UNESP Marília. Vol. 10, n. 1, Suplemento, pp. 31 - 36. Dezembro, 2005.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. Usos e abusos dos estudos de caso. **Cadernos de Pesquisa**, v.36, n.129, p.637-651, set./dez. 2006.

MICHELETTO, Ingrid Bárbara Pereira. Artigo. **Ação-Reflexão-Ação: Processo de Formação Continuada**. Disponível em: <http://diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1448-6.pdf> Acesso em: 07 jan. 2022.

MOURA, Dante Henrique. A formação de docentes para educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, v.1, n.1, Brasília, 2008.

NÓVOA, António Sampaio da. Os professores e as histórias de sua vida. In: NÓVOA, António Sampaio da. (Org.). **Vidas de professores**. 2.ed. Lisboa: Porto Editora, 2007. p.11-30.

OLIVEIRA, Rosilene de Souza; SALES, Márcea Andrade; SILVA, Ana Lúcia Gomes da. Professor por acaso? A docência nos Institutos Federais. **Revista Profissão Docente**. Uberaba, v.17, n.37, p.5-16, ago.- dez., 2017.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Romeu Kazumi Sasaki - Rio de Janeiro: WVA, 1997.

STAKE, Robert Earl. Case Studies. In: DENZIN, Norman Kent; LINCOLN, Yvonna Sessions.(Ed.). **Handbook of qualitative research**. London: SAGE Publications, 1994. p.236-247.

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. 17ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Entrevista com um docente em EPT.

I - Roteiro da Entrevista:

- 1) De acordo com o seu entendimento qual o fundamento epistemológico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil?
- 2) Por que as Políticas e Legislação de Educação Profissional têm contemplado de maneira holística a realidade da Educação e Formação Técnica Inclusiva?
- 3) Na Educação Profissional como avaliar as inteligências múltiplas no aprendiz deficiente?
- 4) O que é e como identificar uma aprendizagem significativa, principalmente, no campo da inclusão?
- 5) Quais as Tecnologias Educacionais em uso que garantem uma formação de qualidade para o aluno deficiente?

- 6) Atualmente, está havendo investimento e produção de novos recursos educacionais para o contexto inclusivo e qual está sendo a aceitação pela Educação Profissional?
- 7) Quais os mecanismos usados como Metodologias de Construção de Projeto Pedagógico na Educação Profissional no ensino para professores deficientes?
- 8) O Currículo no âmbito da Educação Profissional Tecnológica tem sido um instrumento “aliado” para a inclusão? Por quê?
- 9) Como fazer do Trabalho um Princípio Educativo e Ambiente de Pesquisa e Extensão de forma inclusiva?
- 10) Como se dá uma formação integral para o mundo do trabalho, quando se trata de um sujeito deficiente?
- 11) Raramente, temos um docente deficiente na sala de aula. Como aperfeiçoar a relação Deficiência e Trabalho?
- 12) O Docente deficiente tem liberdade e acesso adequado para o ensino regular da Educação Profissional? Explique.
- 13) De que maneira as estratégias de ensino contidas nos planos de aula têm levado em conta as especificidades da Educação Inclusiva?
- 14) Quais instrumentos e critérios de avaliação tem-se usado para avaliar as competências e níveis de aprendizagem nos portadores de deficiência?

APÊNDICE B - Projeto de Intervenção Pedagógica.

II - Proposta de Intervenção Pedagógica:

PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

1. Identificação
Autor(a): Teófilo José de Souza Bentes
Curso Técnico: Técnico em Mecânica
Série/Ano/Módulo: Curso Subsequente / 2º Módulo - 2021
Eixo Tecnológico: Eixo de Controle e Processos Industriais
Tema da intervenção: Workshop de Inclusão - O Diferente faz toda a Diferença
2. Introdução
<p>Ao pensar na implementação imediata do modelo de educação inclusiva nos sistemas educacionais de todo o país, há que se contemplar alguns de seus pressupostos. Que professor o modelo inclusivista prevê? O professor especializado em todos os alunos, inclusive nos que apresentam deficiências?</p> <p>O plano teórico-ideológico na escola inclusiva requer a superação dos obstáculos impostos pelas limitações do sistema regular de ensino. Seu ideário defronta-se com dificuldades operacionais e pragmáticas reais e presentes, como recursos humanos, pedagógicos e físicos ainda não contemplados nesse Brasil afora, mesmo nos grandes centros.</p> <p>A presente proposta de intervenção pedagógica (PI) tem como foco o docente especial - Docente com deficiência, seja qual for a limitação / restrição, como deficiência.</p> <p>A sugestão de um “Workshop de Inclusão - O Diferente faz toda a Diferença”, tem a intenção de sensibilização e reconhecimento das competências e habilidades daqueles que muitas vezes são considerados frágeis e limitados. No entanto, são verdadeiros exemplos de superação e igualdade...</p>

3. Levantamento das necessidades

Durante a entrevista / observação com certo docente do curso Técnico em Mecânica, quando enveredou-se o olhar para o campo da Educação Especial, constatou-se certa dificuldade de ‘acessibilidade’ de um docente cadeirante usufruir de liberdade e acesso para realizar suas atividades laborais.

Apesar da oportunidade da docência, o profissional da Educação enfrenta restrições físicas de infraestrutura, como falta de rampa adequada e elevadores em algumas instituições de ensino, sem falar dos olhares de discriminação, reprovação, subestimação.

Diante desse cenário, contrastando com o discurso do acolhimento e inclusão, pensou-se em trazer à discussão reflexiva e crítica em forma de um workshop às necessidades e conquistas dos Docentes com deficiência.

Se o sujeito conquistou certo grau de formação, cabe à sociedade ofertar as mesmas oportunidades para o desempenho profissional. Pois fica claro a presença das capacidades, habilidades e atitudes desses profissionais da educação técnica, como bem afirma Jacira (2016):

“Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência de trabalhar, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Este direito abrange o direito à oportunidade de se manter com um trabalho de sua livre escolha ou aceito no mercado laboral em ambiente de trabalho que seja aberto, inclusivo e acessível a pessoas com deficiência. Os Estados Partes deverão salvaguardar e promover a realização do direito ao trabalho, inclusive daqueles que tiverem adquirido uma deficiência no emprego, adotando medidas apropriadas, incluídas na legislação, ...”

4. Justificativa da intervenção

Partindo da Pirâmide de Aprendizagem de William Glasser de Como Aprendemos:

- 10% quando lemos;
- 20% quando ouvimos;
- 30% quando observamos;
- 50% quando vemos e ouvimos;
- 70% quando discutimos com outros;
- 80% quando fazemos e

- 95% quando ensinamos aos outros.

Pensou-se na possibilidade de realização de um workshop.

Considerando que um workshop é uma reunião de grupos de pessoas interessadas em discutir sobre um determinado assunto, então, seja uma atividade propícia para reflexão-crítica a respeito da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, focando, principalmente, o corpo docente, em especial, o docente com deficiência na EPT (Educação Profissional e Tecnológica).

Para o referido evento pretende-se fazer convite para alguns docentes com deficiência da ativa para apresentarem suas angústias, anseios, lutas e sonhos, como também, servirem de motivação e exemplos de superação e conquistas, para todas as pessoas com deficiências presentes no evento.

5. Objetivos

5.1 Objetivo Geral

Demonstrar que qualquer pessoa é capaz de construir o conhecimento e adquirir habilidades e competências para formação técnica de uma determinada profissão. Independentemente de suas limitações / restrições físicas e / ou intelectuais.

5.2 Objetivos específicos

- Sensibilizar e Conscientizar que existem não somente alunos com deficiência. Mas, também, professores com deficiência;
- Estabelecer que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) respeita, reconhece e valoriza os Direitos das Pessoas com Deficiência, proporcionando uma Educação Técnica Inclusiva.

6. Referencial teórico

Diversidade e Inclusão: Como falar sobre Profissionais com Deficiência?
É notório hoje em dia que por conta da Lei de Cotas (Lei 8213/91), muito se tem discutido sobre o desafio de trabalhar a inclusão com mais qualidade.

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos

fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art. 3º, inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento, da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

A própria Carta Magna do Brasil estabelece condições de acesso e alcance das pessoas com deficiência. Quando se fala em Inclusão pensa-se, logo, em discentes. Porém, existe o profissional docente com deficiência, também.

“[...] a noção de deficiência vai se modificando historicamente, à medida que as condições sociais são alteradas pela própria ação do homem, gerando novas necessidades na sua relação com o meio social”. (LANCILLOTTI, 2003, p.47)

Diz a legislação que são direitos básicos para qualquer pessoa moradia, lazer, educação, trabalho, conforme descrito na CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, onde encontramos que:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social;

[...]

XXXI - proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência; [...]

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

Assim, adentrar no mundo do trabalho inicialmente é um direito de todos. Mas a materialização desse direito não é tão simples.

Mesmo que a legislação assegure o direito ao trabalho, sua efetivação está condicionada a outros fatores sociais, políticos, tecnológicos, estruturais e

culturais. Contudo a garantia de direitos nas leis, não significa que as pessoas com deficiência deixam de sofrer discriminação e preconceito por parte da sociedade. Em relação às empresas privadas, públicas deverá atender o que determina as leis e estatuto da pessoa com deficiência que estas proverão dos mesmos rendimentos (salários) que qualquer pessoa sem deficiência venha receber por trabalho prestado a estas empresas, não havendo nenhum tipo de discriminação.

Na Lei 13.146 de 06 de julho de 2015, considerada ainda em seu art. 34, que a pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

§ 1º As pessoas jurídicas de direito público, privado ou de qualquer natureza são obrigadas a garantir ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos.

§ 2º A pessoa com deficiência tem direito, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a condições justas e favoráveis de trabalho, incluindo igual remuneração por trabalho de igual valor.

§ 3º É vedada restrição ao trabalho da pessoa com deficiência e qualquer discriminação em razão de sua condição, inclusive nas etapas de recrutamento, seleção, contratação, admissão, exames admissional e periódico, permanência no emprego, ascensão profissional e reabilitação profissional, bem como exigência de aptidão plena.

§ 4º A pessoa com deficiência tem direito à participação e ao acesso a cursos, treinamentos, educação continuada, planos de carreira, promoções, bonificações e incentivos profissionais oferecidos pelo empregador, em igualdade de oportunidades com os demais empregados.

§ 5º É garantia aos trabalhadores com deficiência acessibilidade em cursos de formação e de capacitação.

Art. 35. É finalidade primordial das políticas públicas de trabalho e emprego promover e garantir condições de acesso e de permanência da pessoa com deficiência no campo de trabalho.

7. Procedimentos metodológicos

Pensando nos caminhos metodológicos e científicos que assegurem a

autenticidade na coleta de dados e da análise dos resultados, buscou-se por meio da abordagem da pesquisa qualitativa de mãos dadas com o conceito da dialética materialista histórica de Libâneo (2010, p. 89):

“A teoria materialista histórica sustenta que o conhecimento efetivamente se dá na e pela práxis. A práxis expressa, justamente, a unidade indissolúvel de duas dimensões distintas, diversas no processo de conhecimento: a teoria e a ação.”

Compreender que a ideia do Workshop de Inclusão - O Diferente faz toda a Diferença, como uma proposta de intervenção advindo de um processo investigativo. Para tanto, usou-se a pesquisa-ação como instrumento investigativo através da observação e entrevista a um docente da ativa na Educação Profissional Tecnológica de um Curso Técnico em Mecânica.

Diante das respostas obtidas durante a entrevista, intencionou-se na ideia de elaboração de um evento para sensibilização e conscientização para com os profissionais docentes com algum tipo de deficiência.

Imaginou-se então, realizar reserva/agendamento do auditório/sala de reuniões, para uma data e horário a definir. Convidar 3 (três) docentes ativos na docência com alguma deficiência (ex: cadeirante, cego, surdo), para palestrar diante de toda a instituição. Um evento com duração de aproximadamente, no máximo de 4h (quatro horas), evitando assim, cansaço e desconforto.

Um período do dia para deixar em evidência a contribuição da reflexão e da crítica no exercício da docência para a valorização da profissão docente, dos saberes dos professores, do trabalho coletivo destes e das instituições de ensino enquanto espaço de formação contínua. Contribui também para o reconhecimento do professor como investigador e produtor de conhecimento, ao ressaltar que este profissional pode refletir sobre sua própria prática de forma sistemática e objetiva, orientado por um suporte teórico-metodológico que possibilite o pensar e repensar e a problematização da ação educativa que desenvolve durante as aulas, em que envolve saberes, técnicas, metodologias e estratégias interativas para que de fato ocorra a formação continuada e através dessa ‘aula’ expositiva haja sensibilidade e conscientização do contexto real vivido pelo docentes com deficiência.

8. Resultados desejados

Para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada, devendo firmar a convivência no contexto da diversidade humana, bem como aceitar e valorizar a contribuição de cada um conforme suas condições pessoais. E, nessa perspectiva, entendemos que a educação tem se destacado como um meio privilegiado de favorecer o processo de inclusão social dos cidadãos, tendo como mediadora uma escola realmente para todos.

De fato, o que se pretende esperar alcançar como resultados desse projeto de intervenção nada mais é do que a sensibilização e conscientização de todos para com as PcD, principalmente, o professor com deficiência. Entender que os cursos técnicos profissionalizantes são ambientes inclusivos e atrás de uma aparente aparência de fragilidade existe uma pessoa dotada de capacidade, habilidade e atitude de competência inerente a um profissional com qualidades como qualquer outra pessoa capaz.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 16. ed. atual. ampl. São Paulo: Saraiva, 1997.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

_____. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Inclusão: Revista da Educação Especial, Brasília: Secretaria de Educação Especial, v. 4, n.1, p. 7-17, jan./jun. 2008.

_____. Ministério da Educação. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Secretaria de Educação Especial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf%3E. Acesso em: 29 dez. 2021

_____. Ministério da Educação. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm%3E. Acesso em: 29 dez. 2021.

_____. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 29 dez. 2021.

DALL'ALBA, Jacira. **Orientações básicas aos docentes do Instituto Federal do Amazonas - IFAM sobre a Educação Especial no contexto da Educação Inclusiva - Campus Manaus Zona Leste**. Manaus: IFAM, 2016.

GOFFREDO, V.L.F.S. **Integração ou segregação? O discurso e a prática das escolas públicas da rede oficial do município do Rio de Janeiro**. Integração. Brasília, 10 (4): 17 - 20, 1992.

GLASSER, William. **Pirâmide de Aprendizagem**. Disponível em: www.cesdcampinas.org.br/a-piramide-de-aprendizagem-de-william-glasser. Acesso em: 27 dez. 2021.

LANCILLOTTI, S. S. P. **Deficiência e trabalho**. Campinas: Autores Associados, 2003.

MICHELETTO, Ingrid Bárbara Pereira. Artigo. **Ação-Reflexão-Ação: Processo de Formação Continuada**. Disponível em: <http://diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1448-6.pdf> Acesso em: 07 jan. 2022.